

## Paulo Guedes será ouvido por Comissão Especial que analisa PEC 32

Plano de trabalho definido nessa quarta, 16, prevê ainda audiências públicas estaduais, além das que devem contar com convidados técnicos e representantes de entidades contrárias e a favor da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes.

O ministro da Economia Paulo Guedes será ouvido pela Comissão Especial destinada a proferir o parecer à PEC 32/20 que, sob a máscara de reforma Administrativa, pretende desmontar o serviço público brasileiro. Os requerimentos para oitiva do autor da proposta foram aprovados na tarde esta quinta-feira, 16, durante reunião presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE). A expectativa é de que o ministro compareça, a depender de agenda, nas próximas duas semanas, com data a ser confirmada.

A necessidade de convocação de Paulo Guedes foi reivindicada por meio de dois requerimentos apresentados pelos deputados Rui Falcão (PT-SP), Paulo Teixeira (PT-SP), Paulo Pimenta (PT-RS), Alencar Santana Braga (PT-SP), Rogério Correia (PT-MG), João Daniel (PT-SE), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Ivan Valente (PSOL-SP).

### Fuga de Guedes da CCJ foi lembrada

O deputado Rui Falcão (PT-SP) destacou a necessidade de escutar o ministro Paulo Guedes para que ele explique a suposta “economia” fruto da PEC. A imposição de sigilo a documentos da proposta de reforma Administrativa é fortemente criticada. Por acordo, o ministro não será convocado e sim convidado da Comissão Especial. Mas, Falcão re-

forçou a importância de se assegurar o comparecimento de autoridades.

“É preciso que haja um compromisso de datas e procedimentos, porque a experiência que nós tivemos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), é que o ministro, infelizmente, fugiu. Falou e foi embora. Quando o que nós estamos querendo, ao propiciar o convite, é que possa haver interlocução entre nós”, defendeu o deputado. “Se o convite aceito for postergado eternamente, que a gente vote a convocação”, completou.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) reforçou a necessidade das respostas de Guedes, tendo em vista que os setores privilegiados e que ganham acima do teto estabelecido para o serviço público, estão de fora da reforma Administrativa de Bolsonaro. “Eles (Guedes e Bolsonaro) criam o argumento de criminalização dos servidores, que são aqueles que, em sua maioria, ganham dois, três salários mínimos, estão na rede estadual, na rede municipal, na saúde, na educação, na segurança pública, estão se expondo aos riscos da Covid-19 sem nenhuma proteção do Estado, que ganham péssimos salários e que estão tendo cada vez mais cortados os seus direitos (...) Por isso, Paulo Guedes precisa vir”, afirmou.

O texto encaminhado pela equipe econômica de Jair Bolsonaro desestrutura o serviço público no Brasil, atingindo diretamente os profissionais que atuam na prestação de serviços essenciais voltados às camadas mais vulneráveis da população.

Sob a falsa bandeira da moralização e atendendo aos interesses neoliberais de um Estado Mínimo, a PEC 32 é a porta de acesso para a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação e de todo o setor público brasileiro que poderá ser entregue ao mercado privado. A matéria afronta princípios constitucionais e afeta as garantias inerentes aos servidores públicos, colaborando para os apadrinhamentos políticos, a perseguição dos servidores de carreira e práticas criminosas como a das 'rachadinhas'. Não à toa a proposta já foi apelidada de PEC da Rachadinha.

Durante a sessão, os parlamentares aprovaram um plano de trabalho que prevê reuniões duas vezes por semana. Além da convocação de Guedes, outros 57 requerimentos foram apreciados, dos quais, os que estabelecem a realização de audiências públicas estaduais, tal como convites para que as entidades representativas dos servidores possam ser ouvidas sobre a PEC.

A pressão aos parlamentares membros da Comissão Especial deve ser intensificada nas redes sociais. Levantamento da Queiroz Assessoria, publicado em matéria do Estadão Conteúdo, aponta que maioria dos deputados é favorável à proposta. No entanto, a reforma Administrativa vem gerando divisão até entre deputados da base do governo. Segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), há mais manifestações na Câmara contra do que a favor da PEC 32.



## ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº005/2021

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP /MA, nos termos dos artigos 21, caput; 23, §§ 1º e 2º; 25 e 26, § 1º. I, do Estatuto, em atendimento à deliberação da Assembleia ocorrida no dia 31 de março do corrente ano, convoca todos os associados em gozo dos seus direitos, para participarem da Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas, através de vídeo conferência, a ser realizada no Auditório do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão, sito à Avenida Newton Bello, 524 – Monte Castelo, nesta, no dia 30 de junho de 2021, às 15:30h em primeira convocação com o quórum mínimo dos associados aptos a votarem, de cinco por cento (5%) e às 16:00h em segunda convocação com o quórum mínimo dos associados aptos a votarem de um por cento (1%), para apreciação das Prestações de Contas Anuais dos Exercícios de 2019 e 2020.

OBS: O LINK de acesso estará disponível na mesma data da Assembleia na página do SINDSEP – MA (<https://sindsep.org.br>)

São Luís, em 17 de junho de 2021.

Raimundo Pereira de Souza,

Presidente.

**18 DE JUNHO  
É LUTA!**  
DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO  
NOS LOCAIS DE TRABALHO

**EM APOIO AO ATO  
#19J FORA BOLSONARO**

- CONTRA O DESEMPREGO
- PELO AUXÍLIO DE 600 REAIS
- CONTRA A FOME E A CARESTIA
- VACINA JÁ PARA TODOS
- CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA